

Réplica



Luta previdenciária agora é na Justiça

Páginas 2 e Central

LEIA TAMBÉM:

○ Ministério Público e a Associação
na ótica dos novos promotores

Página 8

Agenda de eventos marca
os 70 anos da entidade

Página 3

Uma luta de todos para todos

A AMP/RS tem, ao longo de sua trajetória, notabilizado-se por uma atuação sistemática e consistente na defesa das prerrogativas funcionais, assim como dos interesses, dos direitos e das atribuições da classe. A troca no comando, com a assunção do presidente Victor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto, não alterou o perfil histórico de administração. O empenho da atual gestão ratifica a postura determinada, responsável e solidária da entidade para com seus associados.

Recentemente, uma série de incidentes envolvendo integrantes da classe exigiu a intervenção da diretoria. Em diferentes circunstâncias, diversos colegas, no Interior e na Capital, necessitaram e receberam apoio da AMP. A pos-

tura sinaliza a integração e a unidade de nossa Instituição.

Neste ano, já estão em andamento as atividades em comemoração aos 70 anos da AMP. Mas uma circunstância nada festiva mobiliza a todos. A mudança no modelo previdenciário do Estado, que vem sendo discutida há anos, surge, agora, na forma de um projeto concebido no berço da ilegalidade. Em sua essência está o aumento da alíquota de contribuição para servidores que recebem acima de R\$ 3.689,66. Além de estabelecer alíquotas diferenciadas e malferir o princípio da isonomia – em flagrante inconstitucionalidade –, aponta um índice sem a realização de cálculos atuariais que o sustentem, caracterizado pela Justiça como confisco.

É sobre esse tema, de tão grande importância para o servidor público, que a AMP tem se debruçado diuturnamente. O esforço nas reuniões do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, na Câmara Temática da Previdência, e nos gabinetes de todas as bancadas, de oposição ou de sustentação ao governo, foi intenso. Apesar disso, a Assembleia Legislativa aprovou o projeto em polêmica sessão, no dia 28 de junho.

Diante da situação, resta agora um novo caminho a ser percorrido por nossa entidade de classe. A Associação está definindo a forma mais adequada para levar o tema ao Judiciário, juntamente com a União Gaúcha em Defesa da Previdência Social e Pública. Como afirmado, a luta, agora, é na Justiça.

Novo comando na AMP

Eleita sem oposição no final do ano passado, a diretoria da Associação do Ministério Público passou por sensíveis alterações. O afastamento, ainda em janeiro, do então presidente, Marcelo Dornelles, para apoiar a candidatura do procurador de Justiça Eduardo de Lima Veiga à chefia da Instituição, fez subir ao posto mais alto da entidade de classe o vice administrativo e financeiro, Victor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto.

Aos 52 anos, sendo 28 deles dedicados ao Ministério Público, Azevedo assumiu a presidência interinamente em 21 de janeiro, enquanto estava em andamento o processo eleitoral para o cargo de procurador-geral. Confirmado à frente da AMP no dia 4 de abril, o novo presidente reafirmou o compromisso de trabalhar pelas causas da classe. “Sinto-me apto e maduro para assumir a função neste momento”, disse à época.

Natural de Cruz Alta, Azevedo ingressou na Instituição em agosto de 1983, pela Promotoria de Justiça de Catuípe. Antes de chegar à Capital, em 2002, atuou em Horizontina, Santa Rosa e em

sua cidade natal, onde permaneceu por 13 anos.

No começo de julho, a eleição do promotor Sérgio Harris para o cargo de vice-presidente Administrativo e Finan-



ceiro completou o quadro da Diretoria-Executiva. O comando da entidade também é composto pelos vices de Núcleos, Alexandre Saltz, Social, Guacira Almeida Martins, e de Aposentados, Antonio Carlos Hornung, além do tesoureiro, André Carvalho Leite, e do secretário, Márcio Bressani.

Natural de Porto Alegre, Harris ingressou no Ministério Público há 10 anos, quando assumiu a comarca de Farroupilha. No ano seguinte, transferiu-se para Cruz Alta. E em fevereiro de 2003 chegou a Canoas, onde atuou como promotor do Júri nos últimos oito anos e meio.

No município da Região Metropolitana, Harris estabeleceu uma relação muito próxima com a comunidade. Por conta disso, a decisão de assumir um cargo na administração da entidade de classe não foi fácil. “O trabalho no Júri possibilitou-me uma vida intensa em Canoas, totalmente integrada com a sociedade e com retorno positivo. Mas era hora de deixar o Tribunal do Júri para atuar diretamente na defesa do Ministério Público, dos colegas e da classe”.



EXPEDIENTE

JORNAL DA ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL (AMP/RS)

Presidente: Victor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto • Vice-presidentes: Sérgio Hiane Harris, Alexandre Sikinowski Saltz, Guacira Almeida Martins e Antonio Carlos Paiva Hornung • Conselho Editorial: Nathália Swoboda Calvo e Paulo Eduardo de Almeida • Coordenação, textos, fotos e edição: Cláudio Medaglia Jr. – MTb 7608 (imprensa@amprs.org.br) • Produção e Execução: Publicato Design Editorial • Diretor Editorial e de Criação: Vitor Mesquita • Diretora de Criação e atendimento: Andréa Costa (andrea@publicato.com.br) • Projeto Gráfico: Rose Tesche • Tiragem: 1.500 exemplares • Distribuição dirigida para os integrantes da AMP/RS – Avenida Aureliano de Figueiredo Pinto, 501 CEP 90050-191, Porto Alegre/RS, (51) 3254-5300 – www.amprs.org.br

AMP comemora em alto estilo seus 70 anos de fundação

A Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul completa em outubro 70 anos de existência. Criada com o objetivo de congregar promotores e procuradores de Justiça em torno do fortalecimento do espírito de classe em defesa da Instituição e dos valores jurídicos e sociais que estimulam sua atuação, a entidade irá marcar a data com um intenso e variado calendário de atividades. O cronograma se iniciou em junho e vai até novembro, durante a 57ª Feira do Livro, na Praça da Alfândega.

A ideia é valorizar o aniversário em todas as edições da Semana do Ministério Público ao longo do ano, por todo o Estado. E a agenda de eventos começou com a abertura da Semana do MP da Capital. Além do lançamento da 13ª edição do Prêmio Jornalismo Ministério Público, o evento contou com a realização do painel Ministério Público e Imprensa: Atuações convergentes na Defesa da Cidadania e do Regime Democrático, apresentado pela senadora Ana Amélia Lemos e tendo como debatedores os jornalistas Daniel Scola, Oziris Marins e Juremir Machado da Silva, além do subprocurador-geral para Assuntos Institucionais, Marcelo Dornelles.

Na abertura, o presidente da AMP, Victor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto, fez uma provocação conceitual aos profissionais que atuam junto aos veículos de comunicação e aos membros da classe. “Promotores de Justiça e jornalistas não têm o poder de mudar o mundo, mas podem trabalhar como se isso fosse possível”.

Preocupada em difundir o conhecimento sobre as atribuições e as atividades do Ministério Público, a AMP preparou atividades em diferentes instituições de Ensino Superior, passando

pelos faculdades de Direito da PUC, da FMP e do UniRitter. A cada dia, diferentes aspectos da atuação e da relação entre a Instituição e a comunidade foram abordados.

Palestraram o procurador-geral de Justiça, Eduardo de Lima Veiga, abordando o tema Ministério Público e Sociedade, e os promotores Tiago de Menezes Conceição e Fabiano Dallazen. No dia 1º de julho, uma Noite de Queijos e Vinhos reuniu os associados na Sede Campestre e homenageou os colegas que ingressaram na Instituição em 1996.



Festa em outubro e Feira do Livro em novembro

O 70º aniversário da AMP será comemorado também em grande estilo durante o segundo semestre. Além das atividades no Interior, uma grande

festa irá acolher os membros da Instituição e seus familiares no mês de outubro, na sede campestre. O evento está sendo planejado pela vice-presidência Social, que prevê ainda uma agenda esportiva e social para marcar a passagem da data.

Paralelamente, AMP estará presente na Feira do Livro de Porto Alegre, com ações para aproximar a Instituição da comunidade. No dia 9 de novembro, o complexo da feira abre espaço para um painel sobre educação organizado pela AMP. Na sequência, será lançada a edição de número 70 da Revista do Ministério Público, além de uma sessão de autógrafos com os associados que estiverem lançando obras na mostra. O dia se encerra com um coquetel no Átrio do Santander Cultural.

O primeiro passo para a parceria com a Feira do Livro foi dado no final de maio, quando o presidente da Câmara Rio-Grandense do Livro, João Manoel Maldaner Carneiro, esteve na sede da

AMP. Ele foi recebido pelo presidente Victor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto e pelo diretor cultural da AMP, José Nilton Costa de Souza.

Em Santa Cruz do Sul, a XXVII Semana do Ministério Público ocorrerá de 30 de agosto a 1º de setembro, no anfiteatro do curso de Direito da Unisc, e terá o tema “Justiça social: uma busca constante através do Direito”. A programação contará com a participação de diversos membros da Instituição. Entre eles, o procurador de Justiça Lênio Streck, o vice-presidente de Núcleos da AMP, Alexandre Saltz, e os colegas Eduardo Ritt, Nadia Ricachenevsky e Jefferson Dall’Agnol, de Santa Cruz do Sul, Eduardo Coral Viegas, Mauro Fonseca Andrade e David Medina da Silva.

Em Caxias do Sul, a Semana do MP será aberta no dia 13 de setembro, a partir das 9h, na UCS. O tema central deverá ser a atuação da Instituição na área do Meio Ambiente.



AMP amplia atuação na Conamp e no Congresso Nacional



Um valioso espaço foi conquistado neste ano pela AMP/RS junto à Conamp e ao Congresso Nacional. A entidade tem sido convidada a participar de diversas frentes de trabalho para aprimorar textos ligados à função ministerial.

Empenhada no acompanhamento de temas de interesse da Instituição na Câmara dos Deputados e no Senado, a Conamp criou em 2011 uma série de comissões temáticas, duas delas coordenadas pela entidade gaúcha. Os grupos têm como função analisar e elaborar propostas legislativas referentes a cada tema de interesse do MP.

Coube ao Estado conduzir a comissão de Meio Ambiente e Código Florestal, presidida pelo vice de Núcleos, Alexandre Saltz. A comissão que trata do Código Penal, Processual Penal e Execução é comandada pelo presidente Victor Hugo Azevedo, com colegas do Maranhão.

Os assuntos vêm sendo discutidos em encontros na AMP. Em um deles, os promotores David Medina da Silva, Rinaldo Freitas da Silva, Charles Emil Machado Martins, Fábio Roque Sbardellotto, Karinna Licht Orlandi Goulart e Mauro Fonseca Andrade trataram do Projeto de Lei 8.045/2001 da Câmara Federal, que institui o novo Código de Processo Penal. Andrade, que foi relator da comissão da Conamp, encaminhou à entidade parecer sobre o texto.

NO CONGRESSO

O promotor também integra, por indicação da Conamp e convite da Câmara dos Deputados, a Subcomissão Especial de Sistematização do Código Penal. O grupo foi criado por iniciativa do deputado federal Alessandro Molon (PT/RJ) e tem por objetivo debater com

parlamentares, membros de outros Poderes e especialistas em Direito Penal para propor nova organização e uniformização da legislação brasileira. Andrade representa a AMP na subcomissão.

Outro canal de comunicação entre a AMP e o Congresso se materializa na relação com o deputado federal Vieira da Cunha. Indicado como relator, na Comissão de Constituição e Justiça, do Projeto-de-Lei 7.412/10, que dispõe sobre procedimentos do Judiciário dos Estados e do Distrito Federal para a aplicação dos recursos provenientes de depósitos judiciais, ele procurou a entidade para tratar do tema.

O interlocutor da Associação em relação ao assunto é o assessor especial para Assuntos Legislativo João Ricardo dos Santos Tavares. O parlamentar reiterou pedido de auxílio no exame dos principais projetos que tramitam na CCJ, em especial os de interesse do MP, e se ofereceu para levar propostas de interesse da classe ao Congresso Nacional.

NA CONAMP

A AMP também vem exercendo sua participação no âmbito da Conamp. Por sugestão da Associação, a entidade nacional decidiu revitalizar a comissão temática de assuntos institucionais, com ênfase na questão remuneratória. Um processo de levantamento dos adicionais recebidos em cada Estado foi desencadeado. A ideia é realizar um estudo sobre a resolução do CNJ que trata da simetria vencimental dos membros do Poder Judiciário e Ministério Público.

Credibilidade abre espaço nos veículos de imprensa

As posições firmes e a coragem de debater publicamente temas delicados deram à AMP/RS status de interlocutor da imprensa. Em 2011, a entidade teve diversas participações nos mais importantes veículos de comunicação do Estado.

No Polêmica, da Rádio Gaúcha, o presidente Victor Hugo Azevedo debateu, em fevereiro, os critérios para escolha de ministros do STF. No mês seguinte, abordou as relações entre o MP e a Polícia Civil. Em março, rebateu as acusações do de-

putado federal Nelson Marchezan Júnior (PSDB), que afirmou haver “promotores que vendem pareceres”. O presidente da AMP manifestou a indignação da classe no Gaúcha Repórter. “Não podemos admitir que alguém, escudado em uma desvirtuada imunidade, atribua indiscriminadamente o ato de corrupção aos agentes do Ministério Público”.

Em maio, Azevedo esteve duas vezes no Conversas Cruzadas, da TVCOM. Debateu a proposta do governo para estabelecer um teto salarial de R\$ 17 mil para os servidores e o projeto de

reforma previdenciária. A interativa do programa apontou 81% de rejeição ao projeto, que acabou aprovado pelo Legislativo.

A entidade participou intensamente, também, das iniciativas promovidas pela União Gaúcha em Defesa da Previdência Social e Pública, que conta com o promotor André Carvalho Leite como secretário-geral. Formada por 28 entidades, a União Gaúcha vem levantando, desde o ano passado, a discussão acerca das mudanças no sistema previdenciário.

Confraternização com aposentados e pensionistas



Tradicional no calendário de atividades da AMP, o almoço com aposentados e pensionistas do Ministério Público tem reunido grande número de pessoas na sede campestre na última quinta-feira de cada mês. Neste ano, os encontros se iniciaram em 31 de março e permitiram o contato dos jubilados e seus familiares com a diretoria da entidade de classe e com a Administração Superior.

Além do ambiente amistoso de reencontros e confraternização, os participantes podem desfrutar de um saboroso cardápio. Neste ano, além do habitual relato feito pelo vice-presidente de

Aposentados, Antônio Carlos Hornung, e do presidente, Víctor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto, as reuniões também contaram com as participações do vice de Núcleos, Alexandre Saltz, e dos subprocuradores-gerais de Justiça para Assuntos Institucionais, Marcelo Dornelles, e Administrativos, Daniel Rubin.

Os encontros são importante oportunidade de diálogo e espaço democrático para a troca de informações e esclarecimento de dúvidas sobre todos os assuntos ligados à carreira e aos membros da classe, assim como de seus dependentes.

Integração com os Núcleos



A diretoria da AMP retomou em maio o tradicional roteiro de visitas aos colegas que atuam em outras comarcas para conversar sobre os assuntos que despertam a atenção dos membros da Instituição. Envolvido com uma série de temas palpitantes e que exigem atenção máxima da entidade na defesa dos interesses de seus associados, o presidente, Víctor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto, e colegas da atual gestão estão percorrendo o Interior para levar informação e ouvir as demandas dos promotores que atuam nos diferentes núcleos.

Nos últimos meses, membros da classe lotados nas comarcas pertencentes aos núcleos das

Missões, do Litoral, do Vale do Taquari, Palmeira das Missões e da Fronteira Oeste já receberam a diretoria da Associação. Na pauta dos encontros estiveram temas como a realização das Semanas do Ministério Público, os preparativos para as festividades de 70 anos da AMP e a reforma previdenciária, além de outros assuntos.

Apoio constante aos associados

O apoio aos associados sempre foi marca e papel fundamental da Associação do Ministério Público. Toda vez que um colega é ofendido ou sofre interferência no exercício da atividade funcional, a entidade oferece o respaldo necessário e se posiciona em solidariedade.

Neste ano não é diferente. A AMP forneceu assistência jurídica ao promotor Ricardo Herbstrith junto ao CNMP, logrando a anulação da remoção compulsória de Herbstrith da Promotoria Especializada Criminal, determinada pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores.

Em junho, o presidente Víctor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto saiu em defesa do colega Eugênio Amorim no incidente envolvendo uma defensora pública e uma juíza durante sessão de julgamento no Foro Central da Capital. A diretoria também foi a Guaporé para uma reunião com a imprensa e a OAB local, em desagravo ao promotor Claudio Leiria, ofendido por uma advogada em autos de processos que tramitam na Comarca.

No começo de julho, o vice-presidente eleito da AMP, Sérgio Harris, solidarizou-se com o promotor Rodrigo Vieira, de Uruguaiana, que entrou em atrito com um advogado por conta do adiamento de um importante júri.

Prédio administrativo é adquirido na integralidade

A AMP/RS adquiriu neste ano a totalidade do prédio onde funciona sua estrutura administrativa, na Capital. A operação foi concluída em fevereiro, quando a entidade comprou os 22% das instalações pertencentes à Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP). A negociação, que se iniciou em outras gestões, foi concretizada depois de acordo entre as partes e aprovação dos órgãos de controle interno das duas entidades.

O prédio ainda dispõe de salas de convivência, da Presidência e Vice-Presidência e espaços para reuniões da Diretoria e do Conselho de Representantes. Conta também com um posto do Sicredi/MP e da Superintendência de Assistência à Saúde (SAS), além do Pub, no último andar, que pode ser usado para pequenos eventos. Com seis flats disponíveis para hospedar promotores de Justiça que residem no Interior, a AMP está construindo mais uma unidade, que deverá estar pronta ainda neste ano.



Luta previdenciária será travada na Justiça

Será no Judiciário o próximo round do embate entre as entidades representativas do funcionalismo gaúcho e o governo estadual. Após a Assembleia Legislativa aprovar, no dia 28 de junho, projeto de lei elevando a alíquota de contribuição previdenciária de 11% para 14%, esgotou-se a via do diálogo. A Associação do Ministério Público já prepara uma ação judicial para assegurar a preservação dos direitos da classe.

Antes de chegar a esse ponto, entretanto, um grande esforço e intensa mobilização foram empenhados pela diretoria, com o apoio de colegas da Instituição. O tema vem sendo analisado pela AMP desde o anúncio do Programa de Sustentabilidade Financeira do Executivo, no começo de maio. Preocupado com a abrangência das medidas inseridas no projeto, a Associação começou a se articular para mostrar as inconstitucionalidades do texto.

Como integrante do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), o vice-presidente de Núcleos, Alexandre Saltz, participou de diversas reuniões da Câmara Temática da Previdência. Escutou as ponderações dos demais conselheiros e debateu com a diretoria da AMP.

A entidade chegou a produzir um parecer, que foi entregue ao secretário-executivo do Conselho, Marcelo Danéris, no dia 13 de maio. No documento,



apontou as irregularidades, os riscos de que o assunto fosse parar nos tribunais e também apresentou uma série de sugestões para aperfeiçoar o projeto. Participaram da visita, ainda, o presidente, Victor Hugo Azevedo, o tesoureiro, André Carvalho Leite, e o secretário-geral, Márcio Bressani. Um dos principais pleitos era de que o projeto não fosse levado a votação na Assembleia em regime de urgência, para que o tema pudesse ser analisado com responsabilidade.

Percebendo a pouca disposição do Estado para com os argumentos da

classe, a AMP buscou subsídio no conhecimento de dois nomes com profundo saber acerca do tema. Os ex-governadores Germano Rigotto e Jair Soares foram convidados para duas reuniões na sede da Associação para avaliar a situação e sugerir alternativas de abordagem do tema.

Paralelamente, uma comissão formada pelos procuradores Ricardo Amaral, Roberto Neumann e Carlos Dias Almeida, além do promotor André Carvalho Leite, debruçou-se sobre o assunto.

Posição da AMP chega à sociedade gaúcha

Enquanto a AMP discutia o projeto e seus efeitos, o governo se articulava para unificar discursos e preservar a essência da proposta, mesmo questionado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. No dia 17 de maio, em reunião convocada pelo Conselho para

tratar novamente do tema antes do envio do projeto aos parlamentares, a AMP entregou ao chefe da Casa Civil do Palácio Piratini, Carlos Pestana, um dossiê com a análise feita pela entidade sobre o assunto e as sugestões da entidade para adequar o texto.

MOVIMENTO PELA TRANSPARÊNCIA

Três dias depois, já com o relatório do Conselho em mãos, no qual foram acolhidas as observações da classe, o governador Tarso Genro afirmou que os funcionários públicos com vencimentos mais elevados estavam tentando “instrumentalizar os que ganham menos” para barrar a reforma da Previdência, em uma crítica aberta às opiniões divergentes. Nesse contexto, a mobilização social e de entidades de classe era crescente. E a Associação, que vinha ampliando sua atuação junto à União Gaúcha em Defe-

sa da Previdência Social e Pública, participou ativamente de uma importante iniciativa.

No dia 25, o auditório da Escola da Ajuris recebeu centenas de pessoas para o lançamento do Movimento pela Transparência dos Benefícios Fiscais. Durante o ato, o presidente da AMP, Victor Hugo Azevedo, criticou os gestores públicos ao longo da história. “A causa da sangria dos cofres públicos no Brasil não está no servidor público. Está, talvez, na falta de equilíbrio, na falta de atenção, de cuidado e de probidade no trato do orçamento público, da receita pública e da despesa pública”.

Nesse ambiente pesado, antes do final do mês, o governo protocolou o projeto na Assembleia, no formato original e em regime de urgência, desconsiderando as contribuições do Conselho criado pelo próprio governo. Tarso confiava na base aliada para ver o tema aprovado. A polêmica chegava ao Parlamento.



Peregrinação nos gabinetes

Antes mesmo do encaminhamento do projeto de lei no Legislativo, a Associação do Ministério Público já trabalhava junto aos parlamentares gaúchos na tentativa de evitar a pressa exagerada na apreciação do tema. O esforço se intensificou a partir da entrada do texto na Casa. Representantes da diretoria da AMP e colegas do Ministério Público se revezaram em visitas a dezenas de deputados.



Parlamentares de todos os partidos, fossem de oposição ou da base aliada, foram abordados. Cada um recebeu uma cópia do relatório do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social sobre o assunto, assim como o parecer e as propostas da AMP. Muitos deles, ainda que ligados ao governo, admitiam des-

conforto em relação à urgência imposta pelo governador ao tratar de tema tão complexo quanto impactante na vida dos servidores estaduais. Outros, alinhados com a pretensão do Executivo, sinalizavam a intenção de acolher o projeto.



A tarefa era difícil. Apesar da mobilização de dezenas de entidades, o sucesso do empenho exigiria fazer com que deputados da base de apoio ao governo – maioria no Legislativo – votassem contra o projeto ou se abstivessem do processo. Um ato público em frente ao Palácio Piratini, no dia 2 de junho, levou uma multidão às ruas para protestar contra o chamado PacoTarso. O governador, porém, estava em viagem ao Exterior. Da China, disse estar convicto de que os deputados iriam acolher a al-

teração proposta na Previdência dos servidores públicos gaúchos.

Na AMP, o trabalho continuava intenso. Líderes de partidos, mesmo sem mandato na Assembleia, foram consultados sobre a possibilidade de que os parlamentares rejeitassem o projeto e impusessem uma nova forma de apreciação do assunto. Um deles foi o deputado federal Carlos Eduardo Vieira da Cunha (PDT). O procurador de Justiça esteve na sede administrativa da entidade para ouvir as ponderações da classe e comprometeu-se a encaminhar o pleito junto ao partido.



Integrantes de outras legendas também visitaram a AMP, em busca de subsídios para sustentar no Parlamento a negativa ao projeto.

Compromisso da base define aprovação do pacote

A questão acabou sendo decidida no Plenário da Assembleia Legislativa, em uma polêmica e extensa sessão que começou no dia 28 de junho e terminou somente na manhã seguinte. Para colocar o projeto na pauta, os aliados precisaram se desdobrar para aprovar a retirada de urgência de outro, igualmente de autoria do Executivo e em regime de urgência. A manobra foi feita para assegurar o objetivo do governo, que queria ver resolvida a questão.

Nas galerias, uma disputa de vozes entre funcionários públicos contrá-



rios ao projeto e militantes do governo com faixas e bandeiras pela aprovação. No Salão Júlio de Castilhos, a diretoria da AMP marcava presença e tentava um último gesto contra a arbitrariedade do Executivo.



O presidente da AMP, Victor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto, o vice de Núcleos, Alexandre Saltz, o secretário-geral, Márcio Bressani, e o então diretor de Valorização Funcional, Sérgio Harris, passaram a tarde acompanhando os trabalhos e conversando com os deputados antes da votação. Eles também receberam o apoio do



secretário-geral do Ministério Público, Julio César Finger.

Ao final, entretanto, não adiantou o pedido feito diretamente à líder do governo, Miriam Marroni (PT). Autora da emenda que alterava a alíquota de 16,5% a quem recebe acima dos R\$ 3,689,66 para 14% uniformes, mas com descontos progressivos, ela sustentou a posição e obteve a adesão de outros 30 parlamentares. O número foi suficiente para aprovar o projeto na Assembleia. Incontinenti, a AMP anunciou que a matéria seria levada ao Judiciário.

A força dos novos

Uma nova etapa iniciou-se na trajetória de 29 homens e mulheres no começo do ano. Empossados no cargo de promotores de Justiça em solenidade realizada no dia 6 de janeiro, foram distribuídos pelas comarcas de todo o Estado. Aos poucos, vão se ambientando à função e compreendendo a dimensão do trabalho desenvolvido pelo Ministério Público junto à sociedade. Nesta edição, o Réplica conta a experiência de dois novatos nos quadros da Instituição. Lotados em Três Passos e Cerro Largo, respectivamente, os promotores Aline Stefanello Segnor e Gustavo Burgos de Oliveira relatam como têm sido seus primeiros meses de trabalho. Em comum, a convicção de que a escolha da carreira passou pela opção de contribuir para a construção de um ambiente social harmonioso e a certeza de poder contar com o apoio de uma entidade de classe presente e atuante na defesa dos associados.



ALINE TEM FASCÍNIO PELAS ATRIBUIÇÕES INSTITUCIONAIS

Natural de Jaboticaba, no noroeste gaúcho, Aline é graduada em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). Filha da professora aposentada Vera Lúcia e do caminhoneiro Ozil, ela é o primeiro membro da família a atuar na área jurídica. O interesse pelo Ministério Público surgiu no início da faculdade. “Causavam-me verdadeiro fascínio as atribuições institucionais, em especial, a possibilidade dada ao agente ministerial de atuar de forma a promover a alteração do

meio social em que exerce suas funções”, lembra.

Aline já percebeu que os desafios na função se apresentam de forma rápida e contundente. “Cada dia compreende um exercício de superação, pois a todo o instante somos instados a apresentar manifestações e tomar decisões. A tarefa nos impõe, certas vezes, a adoção de entendimentos que desagradam uma parcela da população, quando em conflito interesses legítimos e antagônicos. Nesse momento, temos de optar pela defesa de um deles, com vistas à proteção da coletividade”.

Para a promotora, a escolha da comarca em que está lotada foi acertada. Além de um povo hospitaleiro e um corpo de advogados receptivos e cordiais, o relacionamento é forte e amistoso com o Judiciário. “Isso possibilita que ações e decisões sejam tomadas de modo conjunto e colaborativo”, comemora.

À vontade em seu ambiente profissional, Aline também mostra entusiasmo em relação ao papel da AMP. Ela destaca a disponibilidade da diretoria em buscar o contato com os associados. “Posturas como essa demonstram uma valorização dos membros lotados no Interior”.

Segundo ela, o momento é de afirmação institucional, já que novos desafios se apresentam a cada dia, decorrentes do caráter dinâmico das relações sociais e da mudança no foco de tutela de direitos, em franca tendência no sentido de coletivização. “Nesse contexto, penso que o principal papel da Associação é oferecer suporte aos membros da Instituição para que sintam-se apoiados e fortalecidos, de modo que, embora lotados em promotorias distantes, saibam que não estão sozinhos”.

BURGOS QUER SER INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Formado em Direito pela Universidade Luterana do Brasil (Ulbra/Canoas), Burgos é um portoalegrense de 33 anos, dos quais nove já são de relação com o Ministério Público. Ingressou na Instituição em 2002, como assessor jurídico, função que desenvolveu até a aprovação no último concurso para promotor. O interesse pela carreira surgiu justamente nessa época, quando vivenciou o dia a dia da função. “O que me motivou foi a oportunidade de ser instrumento de transformação social na comunidade em que atuar”.

A expectativa em relação à carreira se sustentava em uma imagem muito positiva do MP. Burgos imaginava o Ministério Público como uma instituição séria e respeitada pela sociedade em virtude das relevantes e necessárias funções desenvolvidas. “Nesse curto período na função, percebi que um promotor de Justiça dedicado e contraído ao trabalho consegue alterar a realidade da comunidade em que atua, promovendo os interesses legitimadores da atuação ministerial”, conta.

Lotado em Cerro Largo, ele não esconde a alegria por ter sido bem recebido pela comunidade. Embora a carga de trabalho seja forte – o fórum da Comarca conta com mais de 10 mil processos, em vara única e um promotor apenas –, a experiência tem sido gratificante.

Em relação à Associação do Ministério Público, Burgos destaca a existência de benefícios diversos, convênios, as sedes campestre e administrativa, entre outros. “Sei também do apoio à atuação do promotor. Espero que a entidade continue defendendo a classe, valorize a carreira e a função ministerial”, acrescenta.

Como todo membro da Instituição, Burgos também dispensa atenção especial a um tema de mais alta relevância para os servidores públicos estaduais: o projeto do Executivo que pretende implementar uma reforma previdenciária. “Neste momento, especialmente, espero uma atuação forte contra o aumento na alíquota de contribuição”.



AMP consolida democracia nas eleições institucionais

A Associação do Ministério Público desempenhou papel fundamental durante o processo eleitoral para o cargo de procurador-geral de Justiça na gestão 2011-2013. Ainda na metade de dezembro do ano passado, candidatos à chefia da Instituição e seus representantes se reuniram na sede administrativa da entidade, a convite da diretoria.

O encontro foi o primeiro de uma série, organizada para debater regras da campanha – que teve como candidatos os procuradores Paulo Fernando dos Santos Vidal, José Túlio Barbosa, Eduardo de Lima Veiga e a então procuradora-geral, Simone Mariano da Rocha.

A AMP sempre propiciou igualdade de condições a todos os participantes do pleito. As reuniões foram conduzidas pelo então presidente em exercício, Victor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto, que assumiu a função a partir da saída de Marcelo Dornelles. Azevedo teve a importante ajuda dos vice-presidentes de Núcleos, Alexandre Saltz, e Social, Guacira Almeida Martins.



A diretoria da AMP recebeu candidatos e seus representantes em encontros para definir as regras da campanha

Outro aspecto já tradicional da participação da Associação nas eleições é a disponibilização do mailing de associados para que os candidatos levassem seus projetos ao conhecimento de todos. O informativo Réplica On-line dedicou uma edição especialmente para que os quatro postulantes ao cargo máximo do MP respondessem a perguntas e deixassem seus recados aos eleitores.



Debate em Capão da Canoa antes da eleição

Debates, eleição e festa

Três debates foram realizados durante a campanha eleitoral. O primeiro ocorreu na sala de reuniões do Conselho Superior do Ministério Público e teve transmissão ao vivo pela intranet, levando o acesso ao conteúdo a todos os membros da classe que estivessem logados na rede da Instituição.

A iniciativa foi viabilizada a partir de pleito da AMP ao então procurador-geral de Justiça interino, José Barrôco de Vasconcellos. Outros dois encontros entre os candidatos foram organizados ao longo da campanha. Um deles na Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, aproveitando a presença de muitos associados no Litoral por conta do verão. O outro ocorreu na véspera da votação, dia 11 de março, no auditório Mondercil Paulo de Moraes.

Em todos os debates, o presidente em exercício da AMP foi o mediador, secretariado pela vice-presidente Social, Guacira Almeida Martins. "Foram momentos de democracia plena, respeito mútuo entre os candidatos e crescimento interno do Ministério Público como Instituição", avaliou Victor Hugo Azevedo.

Ao final do processo eleitoral, a

procuradora Simone Mariano da Rocha surgiu como a mais votada. Ela foi seguida por Eduardo de Lima Veiga e Paulo Fernando dos Santos Vidal, que completaram a lista tríplice que foi encaminhada ao governador do Estado. Como faz antes de cada pleito, a Associação visitou o governador e formalizou solicitação para que o mais votado pelos membros da classe fosse o escolhido para o cargo de chefe da Instituição.

Fazendo valer a prerrogativa de escolha, a exemplo de sua antecessora, Yeda Crusius, e do ex-governador Olívio Dutra, Tarso Genro optou pelo candidato com o qual identificou maior afinidade com sua linha de administração. Eduardo de Lima Veiga foi o indicado.

A solenidade de posse ocorreu em 4 de abril, no Auditório Mondercil Paulo de Moraes lotado, em cerimônia concorrida e contou com a participação de representantes de diversas entidades. Mais tarde, na Associação Leopoldina Juvenil, uma bela festa homenageou o novo procurador-geral de Justiça. O coquetel e o jantar promovidos pela Associação do Ministério Público reuniu cerca de 450 pessoas em grande festa.



Antes do pleito, o presidente da AMP, Victor Hugo Azevedo, entregou ao governador pedido para que o mais votado fosse o escolhido



Veiga e os subprocuradores-gerais no Leopoldina Juvenil

Cautelares alternativas

Por Cláudio Brito

Promotor de Justiça aposentado e Jornalista

Não acompanho o discurso de tantos companheiros que, em várias oportunidades, na mídia, no Foro ou na academia, têm externado desencanto e insatisfação com as inovações que a Lei 12.403/2011 introduziu em nosso Processo Penal.

Vejo a nova lei como indispensável instrumento de modernização. Ora, se os condenados podem safar-se com medidas alternativas à prisão, com muito mais razão poderão fazê-lo os que estão sob investigação ou processados sem sentença.

Inegável que uma das inspirações do legislador foi a realidade terrível das cadeias superlotadas. Mais de 30% das vagas são ocupadas por presos provisórios. Correto diminuir as hipóteses de recolhimento de pessoas ainda sem condenação. A prisão provisória não deve desprender-se da necessidade. Não se justifica a segregação que não seja necessária. Se for substituível, que assim seja. Há o que se fazer para garantir a aplicação da lei penal sem que o acusado seja desde logo aprisionado. Há alternativas entre a liberdade e a prisão. Se assim é possível para quem já foi condenado com trânsito em julgado, não vejo como pretender outro regime para o recolhimento antecipado.

Sirvo-me do dizer de Guilherme

de Souza Nucci, que, ao examinar detidamente o tema da prisão e da liberdade à luz da nova lei, afirmou ter visto “mais vantagens que pontos negativos. A Lei 12.403 atendeu a um reclamo majoritário da doutrina e da jurisprudência pátrias, razão pela qual merece particular atenção por parte dos operadores do Direito, para que seus preceitos sejam, realmente, aplicados”.

As boas novas são as medidas cautelares alternativas, substituindo a prisão preventiva ou atenuando os rigores da prisão em flagrante, na dicção de Nucci.

Vejo com simplicidade a matéria, que tem causado polêmica e algum clamor. Prisão? Se necessária. Se insubstituível. Se outra medida for suficiente, seja ela a aplicada. O novo texto oferece alternativas que só eram disponíveis após a condenação. A isso dou o nome de coerência. Nada tem a ver com alguma tendência liberalizante a estimular a criminalidade pela via da impunidade. Falar de impunidade em momento de investigação? O velho desvio de se entender a prisão preventiva como antecipação de uma punição.

Poucos falam em uma inovação que afasta a suposição de liberalidade. Refiro-me à possibilidade de requerimento de prisão preventiva ou de qualquer cautelar alternativa pelo assistente da

acusação, o que antes não se autorizava.

Proibição de frequentar determinados lugares, prisão domiciliar, necessidade de apresentação periódica ao juízo e outras medidas estão no rol das cautelares introduzidas como alternativas às prisões. A fiança voltará a ser utilizada com adequação, a indispensabilidade da fundamentação das decisões de prender ou soltar tornará mais efetivos os procedimentos iniciais da persecução criminal e veremos todos que o novo texto legal é bem melhor que a impressão mais apressada possa apontar.

Os fundamentos da lei estão muito claros na Constituição Federal.

Exigir-se adequação e necessidade para a aplicação de medidas cautelares, dentre elas a prisão, parece-me certo e justo. Digo mais: demorou demais até que se chegasse à sintonia entre as normas constitucionais e a lei processual, em matéria de prisão e medidas cautelares. Agora sim, podemos afirmar que o quadro é coerente. Acompanho Aury Lopes Júnior e vejo que “a lei não é mais branda, é mais inteligente”.

Algumas das reformas recentes têm equívocos que assustam, como a inaceitável revelia no plenário do Júri, como se fosse possível acusar-se uma cadeira vazia. Não é o caso da Lei 12.403/2011. Esta é uma boa reforma.

Futebol, tênis e atletismo unem membros da AMP

Nas pistas, nos campos ou nas quadras, o viés desportista dos membros do Ministério Público mostra que tem potencial. Não é de hoje que representantes da classe fazem performances de respeito nas competições das quais participam. Uma das mais procuradas é o atletismo.

A mais recente, realizada no dia 5 de junho, em Porto Alegre, reuniu 11 associados da AMP (foto ao lado). A etapa de inverno do Circuito das Estações Adidas 2011 contou com as participações de João Pedro de Freitas Xavier, José Freitas Quintana, Rodrigo da Silva Brandalise, Lúcio Flávio Pretto, Daniel Martini, Mauro Henrique Renner, Leonardo Guarise Barrios, Luciane Feiten Wingert, Marcelo Tubino Vieira, Márcio Emílio Lemes Bressani e Ana Marchesan.

A edição 2011 do Torneio de Futebol Nacional do Ministério Público será em Minas Gerais. A competição anual costuma congrega centenas de colegas da Instituição, representando as associações de todos os Estados. A escolha do local traz boas lembranças aos gaúchos. Em 2004, na primeira oportunidade em que os colegas mineiros organizaram a competição, a delegação do Rio Grande do Sul conquistou o 1º lugar na categoria Master e sagrou-se vice na Supermaster.

Também no tênis, o número de praticantes é crescente. Para atender a demanda dos associados, a quadra de saibro da sede campestre foi reformada e hoje oferece ótimas condições para a prática do esporte. É mais um espaço oferecido pela entidade e que está à disposição dos associados.



Da esquerda para a direita: Rodrigo da Silva Brandalise, Daniel Martini, Leonardo Guarise Barrios e Márcio Bressani

O reino dos defeitos

Por Mário Cavaleiro Lisboa

Durante a Idade Média, um reino pouco conhecido começou a apresentar avanços para a época, os quais renunciavam acentuadas transformações no feudalismo. Tratava-se das corporações de ofício: grupos reunindo pessoas que exerciam as mesmas atividades, a fim de evitar a concorrência e de certa forma manter os segredos do ofício. Tais organizações passaram a ser comuns entre os ferreiros, marceneiros e alfaiates, por exemplo. Aos poucos, as corporações foram dominando o cenário da sociedade. Não havia um dia nas ruas ou nas mesas de tavernas que não se tecesse algum comentário sobre esse novo fenômeno social. Todos concluíram que a reunião de pessoas com objetivos comuns demonstrara ser muito benéfica a quem dela participasse. O fenômeno aguçou o pensamento dos mais argutos. Daí que, após longa conversa entre alguns frequentadores assíduos da principal taverna do reino, foi lançada a ideia de criarem corporações de pessoas que possuíam os mesmos defeitos. O princípio básico de referidas corporações seria a circunstância de as pessoas demonstrarem muito mais compreensão com terceiros que possuem os mesmos defeitos delas do que com outros que possuem defeitos diversos. O objetivo principal seria garantir proteção mútua contra a incompreensão alheia. Além, é claro, de um permanente julgamento favorável sobre seus defeitos, o que representa um consolo e tanto.

A primeira corporação de defeitos criada foi com os bêbados que tiveram citada ideia. A corporação dos bêbados logo demonstrou possuir invejável poder de aglutinação. Seus integrantes passaram a reunir-se diariamente numa determinada mesa da taverna e ali consolavam-se e compreendiam-se mutuamente. Somente eles entendiam porque um bêbado é bêbado. Os deslizos, as gafes, as vicissitudes e até as tragédias decorrentes da bebida eram compreendidos por todos os membros da corporação. Referida confraria passou a ser, para seus integrantes, tão importante como a própria bebida. Além disso, sempre havia um ombro amigo em eventual dificuldade na volta para casa.

Percebendo o sucesso da corporação dos bêbados, os gulosos resolveram criar a corporação dos gulosos. Ocuparam um lugar na mesma taverna e passaram a realizar memoráveis banquetes. Fartavam-se de comer, lambuzando-se e arrotando bem alto. Foi outra corporação que obteve amplo sucesso, além de vários quilos a mais.

Poucos dias depois, alguns homens sentaram-se a uma mesa da taverna e, com muita discrição e algum constrangimento, fundaram a corporação dos maridos mandados pela mulher. A tentativa inicial era de manter segredo sobre o objetivo de referida corporação. Debalde. O segredo durou poucas horas, pois no reino todos sabiam quem eram os homens mandados pela mulher. Bastaram terem eles se reunido naquele ambiente de corporações para os demais perceberem o objeto da nova confraria. Ah, são os mandados pela mulher, disseram todos os que os viam juntos numa mesa. Mas a revelação lhes foi psicologicamente positiva. O que an-

tes trazia angústia passou a ser encarado com naturalidade. Passaram a viver mais felizes, os maridos mandados pela mulher. Mas a condição deles em casa não mudou nada. Tanto é assim que, nem sempre, todos os integrantes desta corporação compareciam às reuniões, pois amiúde alguns deles eram impedidos pela mulher de ir até a taverna.

A seguir, foi criada a corporação das pessoas que implicam com os vizinhos. Passaram a se reunir numa das mesas da taverna para falar mal de seus vizinhos e obter apoio para suas mesquinhas. Finalmente encontravam ambiente favorável às suas inconformidades, que não eram poucas. Invasões de animais dos vizinhos, cercas mal feitas pelos vizinhos, tropelias realizadas pelos filhos dos vizinhos, fofocas criadas pelas mulheres dos vizinhos. Para eles, a circunstância de uma pessoa ser vizinho já era o suficiente para todo o ódio do mundo. A troca de experiências entre eles lhes foi enriquecedora, pois passaram a tomar conhecimento de mesquinhas que antes não haviam percebido, bem como tiveram oportunidade de aprimorar as formas de embate com os vizinhos. Após cada reunião, saíam sempre dispostos a enfrentar com mais determinação os vizinhos.

Depois disso, foram criadas diversas outras corporações: dos chatos de todo o gênero, dos estelionatários, dos assaltantes, dos difamadores, dos cônjuges infiéis, dos vaidosos e muitas outras. Por último, por motivos óbvios, foi a dos preguiçosos.

Os integrantes das corporações de defeitos passaram a viver mais felizes, circunstância que deu causa a uma época de paz e tranquilidade ímpar no reino. Dizem inclusive que o próprio rei, disfarçado, em várias oportunidades havia participado de reuniões da corporação dos maridos que não ouvem a esposa. Mas, com corporações de defeitos tão diferentes convivendo no mesmo ambiente de uma taverna, foi-se aos poucos percebendo que as pessoas aceitavam com naturalidade as que possuíam defeitos iguais aos seus, mas detestavam as que possuíam defeitos diferentes. E passou a haver hostilização gratuita entre os integrantes das diversas mesas. Os gulosos começaram a implicar com os estelionatários; os chatos de todo o gênero, com os maridos mandados pela mulher; os preguiçosos, com os vaidosos; os assaltantes, com os difamadores, e assim por diante. Com o passar do tempo, as hostilizações aumentaram acentuadamente. Cada corporação passou a implicar com todas as outras. Até que um dia quebrou o pau geral na taverna, numa briga entre todas as corporações, não sobrando mesa, cadeira ou janela em estado razoável. O episódio serviu de lição. Cada corporação tratou então de conseguir local próprio para suas reuniões, de preferência bem longe das outras. E assim foi feito. Em virtude do bem-estar psicológico trazido pelas corporações de defeitos, com o passar do tempo elas fortificaram-se cada vez mais; passaram a ser criadas em outros reinos, culminaram espalhando-se pelo mundo todo e perpetuaram-se para sempre. Mas até hoje não se reúnem na mesma taverna.

Confraternizações em alta no calendário da AMP

O calendário social da AMP ganhou novo fôlego em 2011. Com o objetivo de promover novas oportunidades de convívio entre os colegas da Instituição, a vice-presidência Social tem se empenhado na criação de diferentes temas de encontro. Além das datas tradicionais, como Páscoa e Dia das Mães, o primeiro semestre ficou marcado por outros alegres eventos.

Desde abril, a AMP promove, na última quinta-feira do mês, o Talento's

Pub. Nas duas primeiras edições, os promotores de Justiça João Pedro de Freitas Xavier e Ricardo Herbstrith, respectivamente, assumiram a responsabilidade pelo cardápio oferecido aos colegas no Pub. Adeptos da boa gastronomia, eles prepararam pratos que fogem ao usual e abusam da criatividade em duas agradáveis noites.

As sempre divertidas festas juninas também tiveram vez. No dia 18 de junho, a sede campestre recebeu

grande público, com direito a fogueira, dança de quadrilha, casamento na roça, quentão, pipoca e outros quitutes tradicionais, no Arraial da AMP.

Mas o grande destaque ficou com a Noite de Queijos e Vinhos, em 1º de julho, encerrando a Semana Estadual do MP. Na oportunidade, os colegas da classe que ingressaram na Instituição em 1996 foram homenageados pela entidade ao completar 15 anos de Ministério Público.



Membros do MP que ingressaram na instituição em 1996 foram homenageados na noite de Queijos e Vinhos (E). Abaixo, Noite Mágica também na sede campestre.



Xavier e seu risoto ao funghi com escalopes de filé e mix de salada verde



Herbstrith fez sopa de frango com leite de coco, arroz frito com abacaxi e camarão e bananas cozidas no leite de coco



Dia das Mães (E) e Páscoa (acima)



No Arraial da AMP, animação em alta e muitas brincadeiras